



## **O silêncio dos mutilados: a filosofia do não-falar na literatura de testemunho, de Primo Levi**

The mutilated's silence: the philosophy of non-speaking in the Primo Levi Literature of testimony.

**Thiago Felício Barbosa Pereira\***

Universidade Federal do Piauí (UFPI) | Teresina, Brasil  
thiaggofb@gmail.com

**Luizir de Oliveira\*\***

Universidade Federal do Piauí (UFPI) | Teresina, Brasil  
luizir@ufpi.edu.br

**Resumo:** Este artigo analisa de que forma a presença do silêncio se manifesta na literatura de testemunho produzida por Primo Levi e é relatada nos seus livros, uma vez que em seus testemunhos o escritor italiano informa que muitos sobreviventes da *Shoah* puseram-se numa posição de silêncio ou foram silenciados diante da possibilidade de narrar o que foi vivido. Dessa forma, este trabalho parte da seguinte problemática: Como a presença do silêncio é determinante para a construção da memória e do esquecimento? Para responder a esse questionamento, este trabalho fundamenta-se em Pollak (1989), Sontag (2015), Benjamin (2012), Wittgenstein (1968) e Kierkegaard (1979).

**Palavras-chave:** Silêncio. Primo Levi. Literatura de testemunho. Memória.

**Abstract:** This text analyzes how the presence of silence manifests itself in the testimonial literature produced by Primo Levi and is reported in his books, since in his testimonies the Italian writer informs that many survivors of the Shoah put themselves in a position of silence or were silenced in the face of the possibility of narrating what was experienced. Thus, this work starts from the following problem: How is the presence of silence crucial for the construction of memory and forgetting? To answer this question, this text is based on Pollak (1989), Sontag (2015), Benjamin (2012), Wittgenstein (1968) and Kierkegaard (1979).

**Keywords:** Silence. Primo Levi. Literature of testimony. Memory.

---

\* Doutorando em Estudos Literários na Universidade Federal do Piauí.

\*\* Doutor em Filosofia e Professor da Universidade Federal do Piauí.



## Introdução

Este trabalho apresenta uma análise de como o silêncio é apresentado na narrativa de testemunho produzida por Primo Levi, bem como a daqueles que o escritor italiano menciona em suas obras. Pois há, em seus testemunhos, a informação de que muitos, tendo sobrevivido à *Shoah*<sup>1</sup>, puseram-se numa posição de silêncio diante da possibilidade de narrar o que foi vivido.

Quando nos voltamos para o testemunho de pessoas que, ao passarem por situações traumáticas e narraram-nas aos seus ouvintes/leitores, é frequente ouvirmos que muitos são os que ou ignoram o que está relatado, virando as costas à/ao narrador, ou eufemisticamente silenciam, deixando ermo o lugar da narrativa do sujeito enunciador. Muitos são aqueles que procuram erguer a voz num espaço onde a fala do oprimido não encontra um olhar ou um ouvido com simpatia suficiente para assegurar a acolhida necessária a quem narra, assim como Primo Levi afirma em sua obra o fato de muitos não ouvirem com atenção o seu testemunho.

Se contar, portanto, é romper com o silêncio que insiste em predominar interiormente, nem sempre pode-se dizer o mesmo de quem escuta o relato de uma testemunha. A acolhida nem sempre é receptiva, e o silêncio, essa sombria forma do esquecimento, retorna ao seu lugar político de repressão. A procura por uma escuta resulta num silenciamento provocado pelas/os ouvintes/leitoras/es desse mesmo testemunho.

Há um famoso *dictum* adorniano que reflete o pessimismo de escrever, narrar e contar algo que se torna inexprimível: “(...) escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se tornou impossível escrever poemas”<sup>2</sup>. Poder-se-ia dizer que escrever não só poemas, mas também relatos de testemunhos é igualmente difícil. Adorno alerta e convoca para a urgência de construir narrativas sobre o tema que carece de discussão, deixando de ver o poema apenas como algo estético, mas também crítico. Assim, pode-se ver como as narrativas de literatura de testemunho intersectam esses dois campos: o do falar e do não-falar.

A palavra tem medida. É uma medida que se faz pesada quando esquecida, deixada de lado, silenciada. No caótico silêncio de quem não consegue narrar o trauma vivido, a dispersão de pensamentos se esvai e dá lugar ao esquecimento, ao não-falar. É partindo dessa problemática que iremos discorrer a seguir.

---

<sup>1</sup> Agamben (2008) esclarece que o termo, de origem bíblica, foi retirado do livro de Isaías 10,3, no qual se apresenta a ira de Deus contra o povo de Israel, que murmura: “Que fareis vós no dia castigo, quando de longe virá o Shoah?”. O termo, pois, significa extermínio, catástrofe, devastação. Usaremos neste artigo este termo, ao invés de Holocausto.

<sup>2</sup> ADORNO, 2002, p. 29.



## 1 A filosofia do não-falar

No prefácio de *Os afogados e os sobreviventes*, Primo Levi (2016) conta do frequente sonho que a maioria dos prisioneiros do *Lager* tinha nas noites de confinamento: oralmente ou em suas memórias escritas, sonhavam que, ao voltarem para casa, narravam com “paixão e alívio” a algumas pessoas queridas os seus sofrimentos no campo de extermínio. Diante desse relato, os ouvintes simplesmente emudeciam ou ignoravam tal relato, indo embora silenciosamente. Para acolher essas vozes que não são escutadas, o emissor resiste em guardar os fatos em sua memória. Pois “para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”<sup>3</sup>. Entretanto, esse silêncio (daqueles que escutam) incomoda os sobreviventes da *Shoah*, uma vez que testemunhar o que foi vivido e experienciado é uma forma de transformar a experiência que foi *a priori* individual em algo que configure uma memória coletiva. Esse tipo de interação não se aproxima da proposta de *parrhesia*<sup>4</sup>, mas pode constituir uma alternativa – talvez a única – que essas pessoas tinham/têm para aprender a lidar com os horrores que foram obrigadas a vivenciar.

Mas não é apenas o silêncio que predomina na escrita e diálogo com os testemunhos. Não fosse o bastante, ainda há, na rotina dos prisioneiros os frequentes devaneios que aos poucos mesclam sonhos e realidade:

O meu sono é leve, leve como um véu; posso rasgá-lo quando quero. Quero, sim, sair de cima dos trilhos. Pronto: estou acordado. Não bem acordado; só um pouco, entre a insensibilidade e a consciência. Tenho os olhos fechados; não quero abri-los, não, para que o sono não fuja de mim, mas ouço ruídos: este apito ao longe sei que é verdade, não é da locomotiva do sonho.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> POLLAK, 1989, p. 6.

<sup>4</sup> Etimologicamente, *parrhesiazesthai* significa dizer tudo – de *pan* (tudo) e *rhema* (o que é dito). É uma confissão ilimitada na qual o enunciador com o “dizer verdadeiro” fala e o ouvinte escuta integralmente, criando uma relação de confiança. (DINUCCI). Logo, como pode-se perceber, isso não acontece no sonho dos sobreviventes aos quais Primo Levi faz alusão.

<sup>5</sup> LEVI, 1988 p. 59.



Da mesma forma, porém, entre os muitos dos que ouvem/leem os testemunhos de sobreviventes de guerra, há também, entre os próprios sujeitos, aqueles que por múltiplas condições, silenciam. Mas é um silêncio que ao mesmo tempo brada interiormente para falar aquilo que não se torna exprimível. Paradoxalmente, houve os que foram submetidos a um cruel silenciamento, já que a “ignorância deliberada e o medo também calaram muitas potenciais testemunhas ‘civis’ das infâmias dos *Lager*”<sup>6</sup>. Isso também foi narrado por Primo Levi em seus livros, nos quais ele dá voz àqueles/as que voltaram e não puderam contar, ou ainda aos/às que não voltaram e, portanto, não testemunharam. Diz-se isso porque o italiano Primo Levi menciona em seus testemunhos que a “verdadeira testemunha” não pode narrar porque ela não voltou, isto é, não saiu viva do campo. Ao inserir outros companheiros sobreviventes do campo, ele lamenta que “Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo”<sup>7</sup>.

Como Agamben<sup>8</sup> já havia teorizado, isso corresponde ao paradoxo de Primo Levi: reconhecer que aquilo que é evocado nunca é suficiente, uma vez que haverá falhas, lacunas inerentes ao ato de rememorar, e que muitas dessas lacunas correspondem às testemunhas de fato que não puderam voltar, ou dos que voltaram e silenciaram. O paradoxo reside, pois, naquilo que não pode ser dito, mas deve ser lembrado, testemunhado, dessa forma, colaborando para a condição ético-política do não esquecimento.

Narrar, pois, é um ato de romper com esse silêncio que em algum momento passa a predominar, quando, na verdade, não se pode calar e, ao mesmo tempo, não se consegue falar. A presença do silêncio e a ausência da palavra (testemunho) torna-se algo preponderante na experiência do pós-guerra entre os sobreviventes dela, bem como o desencadeamento do risco do esquecimento segundo o que foi narrado por Primo Levi em sua literatura de testemunho.

Benjamin já havia questionado o sintoma do silêncio entre os soldados que retornavam da Primeira Guerra Mundial: “Observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha, não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável”<sup>9</sup>. Em seguida, o filósofo associa o ato de narrar à experiência, pois o que se viu posteriormente à guerra foi uma propagação em escala exponencial do número de

---

<sup>6</sup> LEVI, 2016, p. 10.

<sup>7</sup> LEVI, 2016, p. 66.

<sup>8</sup> AGAMBEN, 2008.

<sup>9</sup> Cf. texto “O narrador”, de Walter Benjamin, no qual o filósofo apresenta, além de um breve panorama da predisposição do narrador à arte de narrar, também da ascensão do romance burguês e das narrativas orais.



narrativas sobre a guerra e sobre como o narrador usa as experiências para aprimorar a sua arte narrativa.

Benjamin<sup>10</sup>, em suas teses sobre o conceito de História, também alertou acerca do perigo do esquecimento da violência por parte dos vencidos, pois se estes esquecem ou optam por não falar, certamente não estarão em segurança. “Os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”<sup>11</sup>. Assim, pode-se perceber que, mesmo depois de mortas, as vítimas do campo de extermínio sofrem outro tipo de violência: a do esquecimento, ou pior, da exclusão de memórias.

O ato de narrar e falar por aqueles que voltaram mudos é, sobretudo, uma atitude de justiça, um dever para com aqueles que, impossibilitados de narrar, de contar e testemunhar afundaram-se em silêncio, calados, silenciados ou paradoxalmente ignorados pelos que ouviam. Num mundo que parece fazer de tudo para engavetar as lembranças daquele passado assombroso, poucos são os que levantam a voz. Entretanto, só rememorar não caracteriza ou garante potencialmente uma política de justiça, mas é, sobretudo, por meio dela, que é possível pensar a justiça e a realidade das vítimas sobreviventes, assim como os atingidos pela *Shoah*, como os familiares que emudecem, por exemplo. Nessa linha de reflexão temos também Merleau-Ponty<sup>12</sup>, que entende o silêncio como um sinal que anuncia o discurso, precedendo-o antes de pronunciar a palavra. Para ele, o silêncio pode ser presença no discurso, uma vez que este silêncio é “a palavra antes de ser pronunciada, o fundo de silêncio que não cessa de rodeá-la, sem o qual ela não irradia, ou ainda por a nu os fios de silêncio que nela se entremeiam”<sup>13</sup>.

Portanto, interessa-nos aqui o silêncio dos que voltaram mudos, calados e silenciados, aos quais Primo Levi se refere em sua obra. Não somente questiona e reflete, mas também provoca ao afirmar que muitos dos alemães calaram diante dos acontecimentos históricos que marcaram a *Shoah*. Logo, pode-se perceber que o silêncio, essa manifestação antagônica, está presente tanto na figura do oprimido quanto na do opressor. E quando este último resolve calar, é, especialmente, pela covardia, tal qual Primo Levi relembra:

Ninguém jamais conseguirá estabelecer com precisão quantos, no aparelho nazista, não podiam deixar de saber das atrocidades espantosas que eram cometidas; quantos sabiam alguma coisa, mas podiam fingir ignorância; quantos, ainda, tinham a

---

<sup>10</sup> BENJAMIN, 2012.

<sup>11</sup> BENJAMIN, 2012, p. 12.

<sup>12</sup> MERLEAU-PONTY, 1991, p. 47.

<sup>13</sup> MERLEAU-PONTY, 1991, p. 47.



possibilidade de saber de tudo, mas escolheram o caminho mais prudente de tapar os olhos e ouvidos (**e sobretudo a boca**).<sup>14</sup>

Assim, o silêncio que antagoniza com a condição dos “afogados”, usando o adjetivo que o próprio Primo Levi<sup>15</sup> se refere aos sofridos, oprimidos e humilhados, é característico de como ele pode ser também cruel e não apenas filosófico. Pois calar/silenciar é um ato de reflexão sobre si e acerca das experiências vividas. O significado do silêncio perpassa ainda o estado da dor, e podemos perceber isso mesmo quando as testemunhas, ao voltaram com mais experiências da guerra, não voltam, sobretudo, somente com experiências, mas também com dificuldade de narrar o que de fato foi vivenciado. É como se esse silêncio, em uma política dura, perversa e dolosa, deixasse as vítimas da guerra e seus familiares não só mudas, mas carregadas de (im)possibilidades de contar e não serem ouvidas.

Para Benjamin<sup>16</sup>, essa experiência que não pode ser associada mais à palavras é o sofrimento causado pelo campo de extermínio, que gerou os mais variados traumas da guerra, uma vez que o indizível pode ser também o vazio de significados e experiências, tal como o filósofo aponta em seu texto sobre o narrador<sup>17</sup>. Nos campos produziram-se todas as condições de apagamento das subjetividades, donde podemos classificá-los como originadores/causas desses traumas. Quem se dispõe a narrar e a testemunhar, favorece uma compreensão e uma possibilidade de (re)constituir, por conseguinte, a História, pois narrar efetivamente ajuda a rever os fatos históricos, uma vez que, para Benjamin, a história tem sido contada, predominantemente, pelo ponto de vista dos vencedores e não dos vencidos. Ter, portanto, uma narrativa que não foi silenciada e não se fez muda, ressignifica não só a memória de uma pessoa, mas de uma coletividade de sujeitos que, compartilhando a mesma memória, fazem da palavra um meio de buscar no inexprimível o valor do testemunho.

Voltemo-nos com um pouco mais de atenção para essa “opção” pelo silêncio por aqueles que não conseguiram falar. Se partimos de um uma concepção ética, que defenderia o dever de falar, parece que isso permanece, nesses casos, num estado de suspensão, na qual a razão não predomina, dando, portanto, vazão à resistência de falar. É preciso ainda arrematar que esse silêncio que se faz sagrado para aqueles que não conseguiram narrar não tem relação com quietude ou ausência política de atitudes éticas. O que queremos enfatizar é que o trauma é tão devastador para a subjetividade

---

<sup>14</sup> LEVI, 2016, p. 10. [grifo nosso]

<sup>15</sup> LEVI, 1988, p. 127.

<sup>16</sup> BENJAMIN, 2012.

<sup>17</sup> BENJAMIN, 2012, p. 214.





dessas pessoas que qualquer desdobramento – ético, político, social, cultural – parece tornar-se impossível, ou ainda mais grave: inútil.

Michael Pollak, no texto “Memória, esquecimento, silêncio”, menciona razões para o silêncio e destaca que uma delas tem sido a não disposição a escutá-lo, bem como tempo disponível para ouvir a (re)construção das memórias dos oprimidos. Mas a contribuição do sociólogo a respeito do dito e não-dito é que as testemunhas oculares da *Shoah*, quando sabem que vão desaparecer em breve, inscrevem “suas lembranças contra o esquecimento”.<sup>18</sup>

O sobrevivente ou testemunha do campo sempre deixa lacunas do indizível em seus relatos, uma vez que a linguagem ao mesmo tempo em que expressa, não abarca todas as significações; ela não corresponde à totalidade dos acontecimentos, sendo, portanto, sempre insuficiente.

Falar, então, está associado a uma forma de atribuir verdades, pois “o vencedor é dono também da verdade, pode manipulá-la como lhe convier”<sup>19</sup>. O silêncio também pode configurar um risco, se no relato da testemunha, ele alcança um *status* de passividade, bem como teorizou Kierkegaard<sup>20</sup> em sua análise sobre o sacrifício de Abraão, o qual concebe o silêncio como uma “armadilha do demônio; quanto mais ele é mantido mais o demônio é terrível; mas o silêncio também é um estádio em que o indivíduo toma consciência da sua união com a divindade”<sup>21</sup>.

Fazendo uma análise com a literatura de testemunho elaborada e narrada por Primo Levi, pode-se constatar que esse silêncio ao qual Kierkegaard se refere não é necessariamente um silêncio romantizado, estético, mas sim um silêncio que, quando mantido, não ajuda a reconstruir o processo histórico, nem a contribuir para o resgate da memória daqueles que sobreviveram. Falar é o resultado dessa consciência, visto que o silêncio merece ser vivido também. A relação é paradoxal, como bem disse Kierkegaard ao analisar o silêncio que encarna a personagem de Abraão no sacrifício do filho: “Estamos então em presença do paradoxo. Ou o indivíduo pode, como tal, estar em relação absoluta com o absoluto, e nesse caso a moralidade não é o supremo estádio, ou então Abraão está perdido; não é um herói nem trágico nem estético”<sup>22</sup>.

Podemos relacionar isso à figura daqueles alemães e outras testemunhas que, tendo assistido ou colaborado com o regime nazista, puseram-se, covardemente, numa atitude de extremo silêncio. Ou ainda, quando falaram, eximiram-se dos atos, responsabilizando a própria política hierárquica, como comenta Primo Levi no

---

<sup>18</sup> POLLAK, 1989, p. 6.

<sup>19</sup> LEVI, 2016, p. 9.

<sup>20</sup> KIERKEGAARD, 1979.

<sup>21</sup> KIERKEGAARD, 1979, p. 163.

<sup>22</sup> KIERKEGAARD, 1979, p. 178-179.



capítulo “Cartas de alemães”, de *Os afogados e os sobreviventes*, ao responder às cartas recebidas de muitos leitores alemães. Ele, porém, não se intimida e categoricamente responde: “Repito-o: a culpa verdadeira, coletiva, geral, de quase todos os alemães de então foi não ter tido a coragem de falar”.<sup>23</sup>

Isso porque o discurso traz duas atitudes: a do silêncio e a da escuta. Se esta última está relacionada à compreensão, aqui, nas histórias ressaltadas por Primo Levi, a escuta tem a tendência de ser ignorada, especialmente no sonho semelhante que a maioria dos prisioneiros tinha. Ouvir tem sido um ato escorregadio para os vazios jarros rejeitados pelos corações. A narrativa de testemunho move-se entre essa necessidade de falar e de escutar, como se nesse campo de forças, a testemunha precisasse da figura do ouvinte. Não por acaso, Primo Levi faz referência, em sua epígrafe para o livro *É isto um homem?* ao poema *Shemá*, cuja tradução do hebraico é “Escuta”. O escritor italiano, portanto, nesse seu primeiro livro após a saída do campo, exorta o seu leitor a ouvir/escutar a sua narrativa e o seu testemunho. Primo Levi também assimila o silêncio a uma ambiguidade que prejudica a comunicação, pois viver na incomunicabilidade seria, para ele, uma “condenação perpétua”.

Salvo casos de incapacidade patológica, pode e deve comunicar-se: é um modo útil e fácil de contribuir para a paz alheia e a própria, porque o silêncio, a ausência de sinais, é por vez um sinal, mas ambíguo, e a ambiguidade gera inquietude e insuspeição. Negar que se pode comunicar é falso: sempre se pode. Recusar a comunicação é crime; para a comunicação, e especialmente para aquela sua forma altamente evoluída e nobre que é a linguagem, somos biologicamente e socialmente predispostos. Todas as raças humanas falam; nenhuma espécie não humana sabe falar.<sup>24</sup>

A exortação parece apelativa para uma vítima que quer tornar público e possibilitar uma maior propagação dos relatos, testemunhos e histórias de quem sobreviveu, pois quanto mais houver testemunhas que possam contar o período em que estiveram nos *Lager*, mais forte fica a memória, possibilitando, assim, um não-esquecimento dos fatos. Porém, Primo Levi evidencia, como vimos afirmando, em várias de suas narrativas, que muitos se depararam com a impossibilidade de testemunhar o vivido e que, diante disso, eles não são as verdadeiras testemunhas, pois estas não voltaram, ou voltaram e não puderam falar.

---

<sup>23</sup> LEVI, 2016, p. 149.

<sup>24</sup> LEVI, 2016, p. 71-72.





Wittgenstein, nos aforismos de *Tractatus Logico-Philosophicus*, também propõe a relação do sujeito com o silêncio. Se para Primo Levi, o silêncio deve ser interrompido dando lugar à expressão e narrativa testemunhal como construção da memória, para o filósofo austríaco, o silêncio deve ser cultivado, pois no famoso 7º aforismo, o final de *Tractatus*, surge o tema do silêncio. O filósofo adverte e sugere: “Sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar”.<sup>25</sup>

De fato, o silêncio abarca também uma espécie de contemplação que constitui a tentativa de entender e refletir sobre o trauma vivido; não constitui, todavia, a única saída, pois reter o que pode ser exprimível é um contrassenso à política da memória dos sobreviventes.

Sob a ótica de Wittgenstein, o silêncio estaria numa ordem transcendental, na qual a tentativa de linguagem não se pode colocar expressamente de modo exclusivo na palavra, uma vez que o silêncio, para ele, pode ser também um ato comunicativo. Seria, dessa forma, um silêncio que oferece uma reflexão ética sobre esse não-falar, sobre essa filosofia do não-dizer que os próprios fatos falam e significam em si. No aforismo 3.142, do mesmo *Tractatus*, o filósofo estabelece essa relação, ao afirmar que “Só fatos podem exprimir um sentido, uma classe de nomes não pode”.<sup>26</sup> Mas no aforismo de número 3.3, ele também afirma “Só a proposição tem sentido; é só no contexto da proposição que um nome tem significado”.<sup>27</sup> A questão traz à tona a diferença entre o dizer e o mostrar: há momentos em que a linguagem parece tornar-se tão rarefeita que não consegue, ou, pelo menos, não de modo profundo, dar conta daquilo que se vive/viveu. Nesse sentido, é da ordem da ética e da estética, mostrar essas vivências, materializá-las, seja nas ações (éticas ou não), seja nas obras de arte. A construção de sentidos pode, assim, ampliar-se uma vez que não somente se está falando sobre elas, mas mostrando-as, de algum modo, presentificando-as.

Assim, o silêncio, esse elemento característico e partícipe da memória, também a constrói de forma ambígua e tensa, ora permitindo ao sujeito refletir sobre as memórias, ora funcionando como uma continuidade do trauma, emudecendo vozes e, ao mesmo tempo, dando-lhe outras formas de expressões e significações. É sobre esse silêncio dos que emudeceram diante da possibilidade de narrar que passaremos a discutir.

## 2 Reflexões sobre o silêncio na literatura de testemunho de Primo Levi

---

<sup>25</sup> WITTGENSTEIN, 2008, p. 281.

<sup>26</sup> WITTGENSTEIN, 2008, p.149.

<sup>27</sup> WITTGENSTEIN, 2008, p.153.



Primo Levi reconhece que, infelizmente, o silêncio prevalece. Mas não predominantemente entre as testemunhas, e sim entre os opressores, entre aqueles que tiveram a oportunidade de falar no momento conveniente e, por razões que se fizeram pessoais, não confessaram, não falaram nem testemunharam. Estes, por uma má consciência, quando solicitados a exprimir juízo

tentam se desviar a todo custo da discussão e invocam as armas nucleares, os bombardeios indiscriminados, o processo de Nuremberg [...] argumentos não desprovidos de peso em si, mas totalmente irrelevantes para os fins de uma justificativa moral dos crimes fascistas.<sup>28</sup>

Esse “silêncio alemão”, embora advertido de forma enfática pelo escritor italiano como perigoso, não é também menos grave do que aquele dos que regressaram do exílio. Estes, sim, precisam, de mais atenção e foco do ponto de vista de reconstrução da História, uma vez que o silêncio destes foi e segue sendo ignorado e, não pode, portanto, ser deixado à margem dos acontecimentos.

Os/As que sobreviveram devem testemunhar, precisam contar, como Levi incita-os a fazer com frequência em seus livros. Contar, para ele, é “um dever para com os companheiros que não voltaram e é uma tarefa que confere um sentido à nossa sobrevivência. A nós coube (não por virtude nossa) viver uma experiência fundamental e aprender algumas coisas sobre o Homem que consideramos divulgar”.<sup>29</sup>

Primo Levi insere o substantivo “virtude” para afirmar novamente que voltar não foi efetivamente só uma questão de sorte. Quando ele destaca que a memória importa para a sua sobrevivência e a dos demais é para mostrar que esses relatos não permitam a repetição dos acontecimentos atrozos que acometeram judeus, ciganos, homossexuais e demais que foram submetidos ao campo de extermínio/extermínio e à máquina nazista.

O silêncio dos sobreviventes que voltaram do campo de extermínio e não conseguiram narrar não se refere àquela opção pela premissa do “*I prefer not to*”, a fórmula de silenciar de Bartleby<sup>30</sup>, de Melville, mas sim uma condição que precisa ser escrita,

---

<sup>28</sup> LEVI, 2015, p. 66.

<sup>29</sup> LEVI, 2015, p. 135-136.

<sup>30</sup> Personagem homônimo da novela de Melville que se recusa a responder ou obedecer a certas solicitações de seu patrão dentro das funções para a qual foi contratado.



testemunhada. E isso tem se manifestado por meio da escrita literária, registrada nos testemunhos dos que se propõem a narrar o trauma. Gagnebin<sup>31</sup> observa que a escrita literária está imbuída de privilégios que proporcionam uma melhor articulação com a linguagem e, conseqüentemente, com a compreensão do mundo. Mas a escrita literária é também o meio que os sobreviventes encontraram para apresentar e transmitir (ou nos dizeres de Gumbrecht, presentificar) a experiência vivida no campo de extermínio. Ressalta-se, entretanto, que essa escrita está envolvida de dores, numa constante procura por palavras certas para narrar o trauma. É uma escrita na qual há a “de transmissão dessas experiências do horror, do mal, da morte anônima. Literatura de testemunho, [...] mas testemunho indireto, mediado pela busca [...] das palavras justas.”<sup>32</sup>

Assim, a literatura também aponta para a condição humana e suas faces, para o caráter de compreensão da natureza humana e suas experiências. Essas experiências, como já se afirmou, necessitam ser contadas, pois por mais que o relato oral concretize o ato de contar, o ser humano tende a esquecer.

A propósito da decisão de contar, Primo Levi reflete em *Os afogados e os sobreviventes* que a responsabilidade de narrar é um dever que deve ser obedecido, o que lembra um pouco a frase de Luciana Momigliano, presa e deportada, assim como com ele, e que parece resumir bem o pensamento de ambos, como afirmam Fabio Levi e Domenico Scarpa em “Uma testemunha e a verdade”, capítulo de *Assim foi Auschwitz*. A frase a que os organizadores da coletânea se referem é “estava bem consciente de que o fato de ter sobrevivido a Auschwitz me traria sempre mais deveres do que direitos”<sup>33</sup>. Dessa comunhão de pensamentos, e sobre o encarceramento das memórias, Primo Levi divide-as em duas categorias: os que calam e os que falam.

Ambos obedecem a razões válidas: calam aqueles que experimentam mais profundamente um mal-estar que, para simplificar, chamei de “vergonha”, aqueles que não se sentem em paz consigo mesmos ou cujas feridas ainda doem. Falam, e muitas vezes falam muito, os outros, obedecendo a impulsos diversos. Falam porque, em vários níveis de consciência, percebem no (ainda que já longínquo) encarceramento o centro de sua vida, o evento que no bem e no mal marcou toda a sua

---

<sup>31</sup> GAGNEBIN, 2013.

<sup>32</sup> GAGNEBIN, 2003, p. 106.

<sup>33</sup> MOMIGLIANO citado por LEVI, 2016, p. 207.



existência. Falam porque sabem ser testemunhas de um processo de dimensão planetária e secular.<sup>34</sup>

Elencando os motivos, Primo Levi se atém a afirmar que mesmo entre aqueles que narram, contam, testemunham, sempre haverá um que não sentirá paz consigo mesmo. Logo, escrever o trauma é esse ato de responsabilidade de revelar a verdade, de possibilidade de desvelamento da verdade, um desvelamento, como a *alétheia*<sup>35</sup>, da qual se refere o filósofo Heidegger<sup>36</sup> como a verdade do Ser, e que interessa, portanto, como sentido de colaborar com a verdade dos acontecimentos históricos, uma vez que a *Shoah* tem sido negada, esquecido e relegado apenas a uma visão utilitarista do governo nazista com funções trabalhistas, quando na verdade, sabemos, foi um campo de extermínio. É por isso que o testemunho e seus eventuais estudos colaboram para a oposição do silêncio, que ainda insiste em permanecer.

O homem, enquanto ser narrador, transita entre a verdade e a inverdade, como aponta Heidegger<sup>37</sup>. Para ele, o silêncio é também uma forma de discurso, já que ouvir e falar são duas formas de dizer. Embora o filósofo conceba a linguagem do silêncio como algo pertencente exterior à razão, é através dele que se pode encontrar a verdade. Evidencia-se aqui a concepção do filósofo para o *Dasein*<sup>38</sup>, o qual pode ser ainda expresso pela atitude de abertura, de falar a verdade. Como pode-se constatar, Heidegger desconstrói o clássico conceito de verdade ao inserir a inverdade e propõe o *Dasein* como uma das possibilidades de mudar. Podemos, pois, supor que transcender o silêncio também é mudar, colaborar com a reconstrução da verdade por meio da linguagem, essa casa do ser.

Em seu ensaio sobre a “A estética do silêncio”, Susan Sontag<sup>39</sup> reflete sobre os seus usos e suas formas.<sup>40</sup> E uma delas é justamente essa da condição comunicativa da linguagem enquanto um evento, já que um dos usos do silêncio é “atestar a ausência

---

<sup>34</sup> LEVI, 2016, p. 121.

<sup>35</sup> Do grego, a “não” e léthe “esquecimento”. Para os antigos, designava “realidade” e “verdade”, simultaneamente. Sendo assim, depreende-se que *alétheia* é o que se manifesta como incontestável, seja nos fatos (real), seja nas palavras (o que se afirma dos fatos). A *alétheia*, portanto, interessa aqui para servir como “clareira” (a expressão é de Heidegger. Está lá em A origem da obra de arte).

<sup>36</sup> HEIDEGGER, 1991.

<sup>37</sup> HEIDEGGER, 1991.

<sup>38</sup> Da-”, significa “aí”, e “sein”, “ser.

<sup>39</sup> Sontag, 2015.

<sup>40</sup> SONTAG, 2015, p. 27.



ou renúncia ao pensamento. O silêncio é com frequência empregado como procedimento mágico ou mimético nas relações sociais repressivas”.<sup>41</sup>

A defesa de Sontag é, sobretudo, pela seriedade do que se enuncia, pois, para ela, como o silêncio deixa as coisas “abertas”, ele prenuncia um discurso. A autora entende-o como continuação ou exploração do pensamento, ou melhor, do que se reflete e imagina. Em outro trecho a autora vai usar a metáfora da “tábula rasa” para aludir a essa versão que o silêncio tem de ser uma experiência com as palavras que vai construindo o discurso e servindo como uma estratégia e transformação do que se pretende falar.<sup>42</sup> Ao mencionar o aspecto do silêncio como procedimento de repressão, a escritora refere-se, sobretudo, às práticas usadas por estados totalitários que regimentam e controlam a vida dos prisioneiros, tal como acontece na ditadura, por exemplo, ou no campo de extermínio. E a tábula rasa vai sendo preenchida pelos relatos e narrativa de testemunho daqueles que assumiram a responsabilidade e o compromisso de contar. Nesse sentido, podemos concluir com Primo Levi que lamenta que “Semanas e meses antes de morrer, já tinham perdido a capacidade de observar, recordar, medir e se expressar. Falamos nós em lugar deles, por delegação”<sup>43</sup>. É esse impulso forte e duradouro que rompe o silêncio e escreve na “tábula rasa” o testemunho dos afogados e sobreviventes.

## Considerações finais

O silêncio, como vimos no decorrer deste trabalho, pode se dar de diversas formas, mas é sobretudo o silêncio que incomoda as testemunhas, que aqui se apresentou como uma possibilidade de rompimento para juntar-se ao discurso dos demais e colaborar seja com a memória de uma coletividade, seja com a construção e reconstrução da própria história. Por sermos seres regidos também por aquilo que lembramos, a memória apresenta falhas que, dependendo do silêncio, não contribui para a abertura do ser.

Os emudecidos devem falar e não devem calar, uma vez que o indizível, dentro das narrativas de testemunho é algo complexo, sensível e indesejado. Porém, este paradoxo, tal qual Agamben<sup>44</sup> apresentou, necessita ser rompido.

Na literatura de testemunho, em particular a aqui analisada, o silêncio não se faz belo, porque além de todas as violências, Auschwitz deixou ainda mais esse veneno, é um veneno que aos poucos asfixia e confere à vítima mais um tipo de morte dolosa: a da memória. E não há, certamente, morte mais injusta como essa entre os sobreviventes da Shoah.

---

<sup>41</sup> SONTAG, 2015, p. 27-28

<sup>42</sup> SONTAG, 2015, p. 25

<sup>43</sup> LEVI, 2016, p. 67

<sup>44</sup> AGAMBEN, 2008.



## Referências

- ADORNO, Theodor. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e terra, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica: arte e política*. Ensaio sobre literatura e história da cultura. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- DINUCCI, Aldo et al. PROMETEUS. 1ª. Conferência: O significado da palavra Parrhesia. *PROMETEUS*, Ano 6, n. 13.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Após Auschwitz. In. SELIGMANN-SILVA, Marcio. (org.) *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de Presença*. Tradução de Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC Rio, 2010
- HEIDEGGER. *Conferências e escritos filosóficos*. In: Col. Os Pensadores. São Paulo, Nova Cultural, 1991.
- KIERKEGAARD, S.A. *Temor e tremor*. In Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- LEVI, Fabio, SCARPA, Domenico. Uma testemunha e a verdade. In. *Assim foi Auschwitz: Testemunhos 1945-1986*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- LEVI, Primo, BENEDETTI, Leonardo De. *Assim foi Auschwitz: Testemunhos 1945-1986*. Organização Fabio Levi e Domenico Scarpa; Tradução de Federico Carotti. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Tradução de Luis Sérgio Henriques. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MERLEAU-PONTY, M. "A linguagem indireta e as vozes do silêncio". In: *Signos*, São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989.
- SONTAG, Susan. *A Vontade Radical*. Companhia das Letras, São Paulo, 2015.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus logico-philosophicus*. Trad. José Arthur Giannotti. São Paulo: Editora Nacional, 1968.





WITTGENSTEIN, Ludwig. *Conferência sobre Ética*. Trad. Darlei Dall' Agnol. In: *Ética e Linguagem*. 3ª ed. São Leopoldo: Unisinos, 2005, p. 215-224.

-----

Recebido em: 28/03/2022.

Aprovado em: 01/04/2022.